

O MANUAL PEDAGÓGICO “METODOLOGIA DO ENSINO PRIMÁRIO” E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM CAMPO GRANDE: UM OLHAR SOB A PERSPECTIVA DA HERMENÊUTICA DE PROFUNDIDADE¹

Carlos Souza Pardim
Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
carsopardim@gmail.com

Luzia Aparecida de Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
luzia.souza@ufms.br

Comunicação-pôster

Resumo: Discute-se, neste artigo, pesquisa em andamento que tem como objetivo compreender, sob o filtro dos manuais pedagógicos, as orientações pedagógicas (nacionais/ internacionais) sobre as quais se estruturou a formação de professores do ensino primário nas primeiras Escolas Normais de Campo Grande. Para tanto, utiliza-se a Hermenêutica de Profundidade, desenvolvida por John B. Thompson para a análise de formas simbólicas, como uma proposta teórico-metodológica para a análise de manuais pedagógicos. O manual escolhido para a análise foi o manual Metodologia do Ensino Primário, de Theobaldo Miranda Santos, que aparece citado em livros de atas que pertenceram a uma escola normal na cidade de Campo Grande, na década de 1950. Alguns resultados apontam que este manual se localiza na terceira fase de produção deste tipo de material no país, também se percebe alguns traços da influência que a Lei Orgânica do Ensino Normal exerceu em sua elaboração e, além disso, sabe-se que seu autor era um militante católico que, juntamente com outros escritores, procurou conformar a formação dos futuros professores em acordo com a pedagogia cristã católica assimilando as ideias renovadoras da Escola Nova, porém rejeitando as ideias que contrariavam os seus ideais.

Palavra-chave: Manuais pedagógicos. Theobaldo Miranda Santos. Hermenêutica de Profundidade. Análise de textos didáticos.

Introdução

O presente artigo tem a intenção de apresentar pesquisa em andamento que tem como objetivo *compreender, sob o filtro dos manuais pedagógicos, as orientações pedagógicas (nacionais/ internacionais) sobre as quais se estruturou a formação de professores do ensino primário nas primeiras Escolas Normais de Campo Grande*. Esta pesquisa iniciou-se após ser identificado nos arquivos da Escola Estadual Joaquim Murtinho, na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, livros de atas em que são apresentados os manuais pedagógicos que

¹Esta pesquisa faz parte de um projeto mais amplo intitulado "Formação de professores que ensinam matemática: um olhar para o Mato Grosso do Sul", financiado pelo CNPQ.

foram adotados, nos anos de 1953 e 1955, pelos professores da escola normal que se localizava no prédio desta escola. Entre os manuais citados, o manual **Metodologia do Ensino Primário**, de Theobaldo Miranda Santos, foi o escolhido para a realização desta pesquisa. Esta escolha se deve ao fato deste manual aparecer nas duas atas citadas anteriormente. Além disso, este manual versa sobre conhecimentos metodológicos voltados às disciplinas do ensino primário. As escolas normais foram importantes centros de formação de professores primários por muitos anos no Brasil. Em Campo Grande², as primeiras escolas normais surgiram a partir da década de 1930. Uma delas foi a Escola Normal de Campo Grande, que, posteriormente, veio a ser chamada Escola Normal Joaquim Murтинho, sob a responsabilidade do governo do estado. A outra foi a Escola Normal Dom Bosco, sob a responsabilidade de uma congregação católica de Freiras.

Estas duas escolas normais ficaram abertas por sete anos, até que o Interventor Federal Julio Strubing Muller³, resolve, por motivo não esclarecido, cancelar o funcionamento destas instituições no Estado. Após dez anos após o seu encerramento, no ano de 1947, durante a Intervenção Federal de José Marcelo Moreira⁴, estas instituições voltam a funcionar no estado de Mato Grosso. Em Campo Grande, as duas escolas normais que se estabelecem são a Escola Normal Joaquim Murтинho, sob a responsabilidade do Governo do Estado, no mesmo prédio em que se encontrava anteriormente; e a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, sob a responsabilidade da mesma congregação de freiras católicas que administravam a Escola Normal Dom Bosco. Estas duas instituições foram as responsáveis, por um longo tempo, pela formação de professores primários no Estado.

A escolha de um manual como fonte documental para compreender as orientações que chegaram às escolas normais de Campo Grande se deve ao fato de esta forma simbólica ter sido um importante instrumento de formação de professores para o ensino primário. Estando a sua história vinculada à história da formação de professores do ensino primário.

Como parte desse contexto, o manual pedagógico, é uma importante fonte de pesquisa para a compreensão de como os seus autores assimilaram as principais ideias pedagógicas, didáticas e metodológicas, bem como as orientações curriculares governamentais que

² Campo Grande atualmente é capital do Mato Grosso do Sul, porém, este estado foi desmembrado do estado do Mato Grosso no ano de 1977, sendo este efetivado no ano de 1979. Até então, o atual estado do Mato Grosso do Sul, fazia parte do sul de Mato Grosso, tendo como capital a cidade de Cuiabá, que, em dias atuais, continua sendo a capital deste estado e, portanto, Campo Grande era uma de suas cidades.

³ Julio Strubing Muller foi Interventor Federal no estado de Mato Grosso durante todo o período conhecido como Estado novo (1937- 1945).

⁴ José Marcelo Moreira foi Interventor Federal do Estado de Mato Grosso (1946 – 1947) durante o início de mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra. Manteve-se como Interventor até ser substituído pelo Governador Arnaldo Estêvão de Figueiredo, eleito por meio de eleições diretas.

circulavam no âmbito da educação de determinado período. Desse modo, esta forma simbólica funcionou como uma espécie de filtro, no qual os autores estruturaram aquilo que, na concepção destes, era a síntese dos mais importantes e necessários conhecimentos para a formação de professores capacitados para o exercício de sua profissão (VALDEMARIN; CAMPOS, 2007; SILVA, 2002; SILVA 2007).

Os autores, ao apresentarem os trabalhos de pedagogos, psicólogos, filósofos, biólogos, etc. nos manuais pedagógicos, defenderam posições, apresentaram métodos, apontando-os como “os melhores” modos de se trabalhar determinado conteúdo, apresentaram objetivos e valores para o ensino de determinado conteúdo. Agindo, não como divulgadores passivos das pesquisas, mas ativos, indicando, na escrita do manual pedagógico, as suas concepções de ensino, de escola, de método, principalmente pelo fato destes autores serem profissionais que de uma forma, ou de outra, estiveram envolvidos com o ensino primário (VALDEMARIN; CAMPOS, 2007; SILVA, 2002; SILVA, 2007). Por esse motivo, estes autores estabeleceram, por meio de seus manuais, uma influência sobre a maneira de se pensar e realizar a educação por parte de futuros professores. Deste modo, os manuais pedagógicos colaboraram para a consolidação de práticas escolares que estão presentes até hoje nestas instituições de ensino. (SILVA 2007).

Nesta pesquisa, procura-se, por meio da Hermenêutica de Profundidade, desenvolvida por John B. Thompson e adaptada para a análise de livros didáticos por Oliveira (2008), identificar quais orientações pedagógicas, presentes no manual **Metodologia do Ensino Primário**, de Theobaldo Miranda Santos, fizeram parte da formação de professores nas escolas normais de Campo Grande. Como já foi apontado, este manual esteve presente na década de 1950, na formação dos professores primários das escolas normais Joaquim Murtinho e Nossa Sra. Auxiliadora.

Esta pesquisa soma-se aos esforços que vem sendo desenvolvidos pelo grupo História da Educação Matemática em Pesquisa - HEMEP, que tem procurado mapear a formação de professores que ensinam matemática no estado do Mato Grosso do Sul.

Postura teórico-metodológica

Segundo Bolívar (et al., 2001), uma pesquisa qualitativa se difere de uma pesquisa quantitativa na forma em que estas abordagens fazem emergir a teoria. Enquanto que na primeira abordagem, as categorias são construídas ou geradas indutivamente, na medida em vai se desenvolvendo a pesquisa, na segunda, as categorias são previamente estabelecidas,

antes mesmo de se ter coletado os dados. Partindo desta diferenciação, caracteriza-se esta pesquisa em uma abordagem qualitativa, pois é a partir da compreensão dos contextos de produção e recepção do manual **Metodologia do Ensino Primário** que se procurará entender a influência e o papel que teve as orientações pedagógicas que chegaram, sob o filtro dos manuais pedagógicos, às escolas normais de Campo Grande. Além disso, ao estabelecer previamente as categorias, conforme propõe as abordagens quantitativas, passa-se a ideia da existência de um significado latente, esperando a ação do pesquisador para ser encontrado. Esta visão é ingênua e desconsidera o papel ativo do pesquisador sobre o que (e o modo pelo qual) investiga.

Esta pesquisa, além de possuir uma abordagem qualitativa, se insere no campo da História da Educação Matemática. Realizar uma pesquisa historiográfica pressupõe-se um reconhecimento de que não só as questões e métodos que conduzem as investigações são do presente, quanto são os indivíduos de um passado que já não existe (BLOCH, 2001). Os indícios, deixados pelo passado, são articulados em tramas chamadas de versões históricas. Estas, por sua vez, não são criações descompromissadas, mas sim construções plausíveis que se baseiam em documentos produzidos pelo pesquisador⁵ (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007). Desse modo, o exercício historiográfico envolve uma articulação daquilo que o investigador interpreta dos signos deixados pelo passado e por ele identificados como tais no presente (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007).

Dentro deste exercício historiográfico, com objetivo de compreender quais orientações pedagógicas chegaram às escolas normais de Campo Grande por meio dos manuais pedagógicos, viu-se necessário a procura por uma metodologia que possibilitasse desenvolver esta investigação abrangendo não apenas a estrutura interna desses materiais, como exemplo, as teorias que são abordadas e a forma como é apresentada pelos autores, mas, também, o seu contexto de produção, sendo este entendido como as influências externas recebidas no decorrer da elaboração e utilização deste material, tais como, as orientações governamentais, as tendências educacionais que estavam em alta naquele momento, como era trabalhado o manual pedagógico pelos professores etc. Encontrou-se na Hermenêutica de Profundidade de Thompson (HP) uma metodologia que se enquadra nos pressupostos de investigação citados anteriormente.

⁵ Trata-se do posicionamento de que o pesquisador cria ou constitui determinado indício como documento em um processo de significação. A criação material de documentos também participa desse processo, como, por exemplo, no caso de fontes orais (antes inexistentes) produzidas em situações de entrevista.

Esta metodologia foi desenvolvida por John B. Thompson para a análise de formas simbólicas veiculadas nos meios de comunicação de massa. Segundo este autor, formas simbólicas são as “ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (1995, p. 79).

Conforme o autor aponta, as formas simbólicas são caracterizadas por cinco aspectos, a saber: o intencional, o convencional, o estrutural, o referencial, e o contextual. As formas simbólicas possuem um aspecto intencional, pois ao serem criadas sempre se manifesta uma intencionalidade, um interesse. Estas criações são produzidas por um sujeito e direcionadas para um sujeito. Possuem um aspecto convencional porque, ao serem produzidas, seguem, ou são influenciadas por padrões, regras, códigos ou convenções estabelecidas pelas instituições sociais, que se relacionam diretamente com esta no decorrer da sua elaboração. Possuem um aspecto estrutural por apresentarem elementos internos bem articulados entre si com o objetivo de dar algum significado ao que se quer transmitir. É esse aspecto que dá condições para que se possa analisá-las. Possuem um aspecto referencial, pois sempre se referem, representam e dizem algo sobre determinada coisa. Possuem um aspecto contextual, por serem construídas em contextos sociais historicamente estabelecidos e levando em si as marcas das relações sociais existentes neste ambiente.

Por identificar estes cinco aspectos, que caracterizam uma forma simbólica, nos manuais pedagógicos, considera-se estes e, mais especificamente, o manual Metodologia do Ensino Primário de Theobaldo Miranda Santos, como uma forma simbólica.

Para analisar uma forma simbólica Thompson propõe três movimentos de análise que são abordados na pesquisa como dimensões da Hermenêutica de Profundidade (HP). A primeira dimensão é a da análise sócio-histórica. Realizar a dimensão sócio-histórica consiste em buscar compreender as condições nas quais a forma simbólica foi produzida, quais as intenções por traz de sua construção, que instituições estão interessadas na sua produção, quais foram as condições de recepção da forma simbólica. Para esta dimensão, Thompson levanta alguns aspectos que devem ser considerados, a saber: as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais, as estruturas sociais e os meios de técnicos de construção e transmissão da forma simbólica.

Nesta pesquisa, para a realização desta dimensão, fez-se investigações a respeito das escolas normais e dos manuais pedagógicos. As investigações sobre as escolas normais contribuíram para entender quais os objetivos de sua criação, como esta foi entendida e incorporada no país e, também, o papel destas instituições na formação de professores primários no Brasil. As investigações sobre os manuais contribuíram para uma compreensão

do que foram estas formas simbólicas, sobre a sua importância e influência na formação de professores.

Dando prosseguimento à análise sócio-histórica foram investigados o cenário político e educacional no Brasil e do estado do Mato Grosso, procurando compreender em que condições o país se encontrava e quais suas políticas educacionais. Além disso, procurou-se identificar quais as instruções governamentais para a formação das normalistas. Neste sentido, a análise da lei orgânica do Ensino Normal, promulgada em 1946 foi importante. Procurou-se, também, identificar as tendências educacionais em alta no período da produção da obra e identificar os possíveis entendimentos deste material em sala de aula.

Para um aprofundamento ainda maior na análise sócio-histórica, foram realizados levantamentos a respeito da vida e das produções de Theobaldo Miranda Santos, que contribuíram para uma melhor compreensão a respeito dos ideais/concepções deste autor e, também, dos campos de interação nos quais ele se inseria.

Foram investigados, também, os diários oficiais publicados no estado de Mato Grosso da década de 1950, com a intenção de encontrar informações a respeito das escolas normais do estado e se havia alguma sugestão de livros a serem adotados pelos professores das escolas normais. Como esta pesquisa se encontra em andamento novas compreensões e investigações acerca do contexto sócio-histórico manual Metodologia do Ensino Primário de Theobaldo Miranda Santos serão realizadas.

A segunda dimensão da HP é a análise formal ou discursiva da forma simbólica. A análise formal consiste na análise das “características estruturais internas, seus elementos constitutivos e inter-relações, interligando-os aos sistemas e códigos dos quais eles fazem parte” (THOMPSON, 1995, p. 370).

A análise interna/formal foi realizada no manual Metodologia do Ensino Primário, editado em 1952. Para execução desta dimensão realizou-se uma análise descritiva, identificando como a obra é estruturada, quais os principais temas abordados, como eles são abordados.

A terceira dimensão da HP é a Interpretação/ (Re) interpretação. Trata-se da argumentação criativa e plausível do analista, sintetizando as informações obtidas na análise sócio-histórica e formal ou discursiva. Ressalta-se que esta dimensão se faz simultaneamente com as duas primeiras apresentadas.

A Hermenêutica de Profundidade contribui para uma compreensão sobre a formação de professores primários na cidade de Campo Grande, na medida em que propõe a articulação entre o contexto sócio-histórico e a estruturação interna da forma simbólica.

Ao analisar o manual de Theobaldo Miranda Santos sob esta perspectiva, os levantamentos referentes às situações espaço-temporais, aos campos de interação, às instituições e estruturas sociais, e os meios de construção e transmissão que constituem a análise sócio-histórica, juntamente com os levantamentos estruturais internos, fornecem ao pesquisador informações importantes acerca de como se pensava a educação, quais as políticas e objetivos do governo a este respeito, quais as disputas ideológicas que fizeram parte dos debates educacionais nos períodos de produção da forma simbólica, quais eram as concepções de ensino e educação, quais as instituições que influenciavam a educação, em qual grupo social o autor do manual estava inserido e o pensamento deste grupo a respeito da educação, quais os objetivos do autor ao escrever o livro, quais as regulamentações que orientaram a formação de professores no país e no estado, e, por meio da análise de outros materiais produzidos pelo autor, compreender quais as utilizações que este fez daquilo que foi apresentado na estruturação da forma simbólica, bem como os usos feitos por alunos e professores do manual, enriquecendo as interpretações sobre a formação de professores primários no período de produção e utilização desta obra.

Resultados parciais da análise do manual Metodologia do Ensino Primário

Theobaldo Miranda Santos nasceu em 1904, na cidade de Campos, Rio de Janeiro. Ao longo de sua trajetória atuou como professor em várias instituições de ensino, incluindo nestas as Escolas Normais. Na década de 1940 assumiu vários cargos administrativos na cidade de Rio de Janeiro. Entre os cargos assumidos por este autor, está a direção do Departamento de Educação Técnico Profissional e do Departamento de Educação Primária da prefeitura do Rio de Janeiro. Foi ainda nesta década que Santos lecionou na Universidade Católica do Rio de Janeiro, além disso, atuou como professor catedrático do Instituto de Educação da Faculdade de Filosofia de Santa Úrsula (RJ). (ALMEIDA FILHO, 2008). Santos foi, também, autor de mais de 150 títulos de livros voltados para o primário, secundário, normal e superior, em diferentes editoras. Suas primeiras publicações pela editora Companhia Editora Nacional (CEN) se deram a partir da década de 1940. O manual “Metodologia do Ensino Primário” é o décimo volume da coleção Curso de Psicologia e Pedagogia. Coleção voltada para a formação de professores e editada pela CEN. Apesar de ser o volume de nº 10 desta coleção, este manual foi publicado antes de outros volumes com numeração anterior. A primeira edição deste manual, segundo Almeida Filho (2008), ocorreu no final da década de 1940, provavelmente no ano de 1948. A julgar pelo número de edições, onze ao todo, este manual

foi bem recebido pelas instituições formadoras de professores. A sua última edição foi no ano de 1967.

Este manual, segundo o autor em seu prefácio, tem a intenção de “resumir e sistematizar os ensinamentos metodológicos dos melhores autores nacionais e estrangeiros” auxiliando “modestamente, aos jovens que, neste momento, se preparam para a tarefa dignificante de educar as novas gerações brasileiras” (SANTOS, 1952, p. 13).

Santos organiza o seu manual em duas partes: Metodologia Geral e Metodologia Especial. Na primeira parte deste manual, o autor apresenta uma discussão mais geral a respeito dos métodos apontando: o que é método, o que são métodos pedagógicos, como evoluem os métodos pedagógicos, quais as classificações existentes em relação aos métodos pedagógicos, qual a classificação que o autor considera como sendo a mais adequada, o que/quais são e qual a classificação dos processos didáticos, das formas didáticas, dos modos didáticos, do material didático e da lição, quais foram os principais métodos ativos e suas características, qual a significação das escolas novas e como ela se instalou em vários países.

Analisando esta primeira parte percebe-se, nas falas do autor, a necessidade dos métodos se adequarem à personalidade do professor e cita como exemplo as diferenças das características que um professor tem que ter ao trabalhar com o método de projetos e com os centros de interesses.

Na segunda parte deste manual, Santos apresenta uma discussão mais específica a respeito dos métodos a serem trabalhados no ensino primário. Metodologia da leitura, da escrita, da linguagem oral, da aritmética, da geometria, da geografia, da história, das ciências naturais, dos trabalhos manuais e do desenho são os temas apresentados pelo autor. Em suas discussões a respeito destes métodos, o autor apresenta inicialmente algumas características gerais apontando a história do ensino, os objetivos do ensino e valor do ensino de cada uma delas. Num próximo tópico, o autor apresenta as técnicas de ensino discutindo os principais processos e motivação de ensino, bem como, o material didático a ser utilizado no ensino das disciplinas do primário. Esta parte do manual tem características bem semelhantes à orientação apresentada pela Lei Orgânica do Ensino Normal. No Art. 14 desta lei são discutidos os pontos que devem ser atendidos na composição e execução dos programas de ensino. Encontrou-se, na letra c deste Artigo, a seguinte orientação apontando que “[...] deverá ser feita a explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, articulação da matéria, indicação dos processos e formas de ensino, e ainda a revisão do conteúdo desses programas, quando necessário” (BRASIL, 1946, p. 4). O que condiz com o que foi observado na análise interna, ao tratar da metodologia da leitura, da escrita, da

aritmética, entre outros conteúdos do ensino primário, o autor apresenta os objetivos, analisa estes objetivos e discute os processos de ensino destes conteúdos. Além disso, o próprio autor reconhece a influência desta lei na escrita de sua obra, como pode ser verificado no prefácio da 3ª edição:

com a publicação deste livro, procuramos não só atender às exigências da lei orgânica do ensino normal que fez da Metodologia do Ensino Primário uma das matérias básicas das nossas Escolas Normais, como também completar a série de compêndios sobre psicologia e pedagogia que estamos escrevendo para os candidatos ao magistério primário e secundário em nosso país. (SANTOS, 1952, p. 13, grifo nosso).

A Lei Orgânica do Ensino Normal, promulgada pelo Decreto-Lei nº 8530, faz parte de um conjunto de leis desenvolvidas por uma equipe comandada por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde durante o Estado Novo. Estes conjuntos de leis ficaram conhecidos como Reforma Capanema e foram publicadas no correr de 1942 a 1946. Embora a Lei Orgânica do Ensino Normal tenha sido elaborada durante a presidência de Getúlio Vargas, foi durante a presidência interina de José Linhares que ela foi promulgada.

Segundo Romanelli (1995), esta lei “centralizou as diretrizes, embora consagrasse a descentralização administrativa do ensino, e fixou as normas para a implantação desse ramo do ensino” (p. 163).

O Lei Orgânica estabelece como finalidade do ensino normal: 1) *Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.* 2) *Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.* 3) *Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.* Partindo destas finalidades a Lei divide o ensino normal em dois ciclos: *O primeiro, com duração de quatro anos, formaria regentes do ensino primário. O segundo, com duração de três anos, formaria professores primários.* Além destes ciclos, o ensino normal, também, abarcava os cursos de especialização para professores primários e de habilitação para administradores escolares.

Ainda com relação ao manual, percebe-se que este se enquadra num período distinguido por Silva (2007) como a *tecnização do ensino*, no qual os manuais pedagógicos passam a ser escritos procurando apresentar aos futuros professores um receituário de como se ensinar, mas respeitando as etapas de aprendizagem da criança. Esta constatação é bem marcante na segunda parte do manual, na qual o autor discute o tópico técnicas de ensino. Neste momento o autor discorre sobre quais os melhores processos, quais as melhores maneiras de motivação e quais materiais devem ser utilizados no ensino de determinada disciplina.

Analisando o contexto sócio-histórico de produção do manual de Theobaldo Miranda Santos, foi descoberto ainda que, este autor esteve ligado a um movimento católico que procurou, junto com outros autores católicos que se dedicaram à produção de manuais e livros, conformar as práticas educacionais dos futuros professores se apropriando das ideias pedagógicas do movimento educacional da Escola Nova e depurando-os em favor de uma pedagogia humanista cristã católica.

A Escola Nova foi um movimento educacional que, por meio de propostas, procurou modernizar o ensino trazendo para a escola as novas descobertas, nos ramos das várias ciências, acerca do ensino e da aprendizagem.

Segundo Lamego (1996), a Escola Nova propunha quatro pontos básicos: *1) A “revisão crítica” dos meios tradicionais do ensino, nos quais a individualidade não era fator de preocupação. 2) Inclusão de fatores históricos e culturais da vida social na formação educacional. 3) A utilização dos novos conhecimentos da biologia e da psicologia para que o educador estabeleça os estágios de maturação do indivíduo na infância, assim como o desenvolvimento de sua capacidade individual. 4) A transferência da responsabilidade da ação educadora da família e da Igreja para a Escola, como forma de amenizar as diferenças sociais e culturais existentes entre os diversos grupos e, juntamente com isso, a responsabilização do Estado pela educação do indivíduo.*

Este movimento educacional tinha como representantes no Brasil, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, entre outros. Estes intelectuais, inspirados pelos ideais da Escola Nova, procuraram implantar um novo modelo educacional no país. Foi a Revolução de 1930 que pôs fim à Primeira República no Brasil derrubando uma política voltada às grandes oligarquias rurais, que estes renovadores perceberam a oportunidade de se implantar tal projeto que viria modernizar a atual situação do ensino no Brasil. Porém, conforme aponta Lamego (1996), algumas das ideias defendidas por este movimento contrariavam o interesse de dois grupos de grande influência no Brasil: a Igreja Católica, e o grupo liderado pelo ministro da educação Francisco Campos.

Para Francisco Campos os ideais liberais estavam ultrapassados e em decadência e os rumos da modernidade estavam voltados para o regime das autoridades (LAMEGO, 1996). Nesse sentido, só um governo forte e autoritário conseguiria levantar o país.

As ideias da Escola Nova também eram uma ameaça à influência e aos princípios morais da Igreja Católica sobre a população, principalmente por defenderem a escola laica, a educação conjunta de ambos os sexos e o monopólio do ensino por parte do estado.

Interessado em fortalecer sua posição, Campos, que neste momento era Ministro da Educação e Saúde, se une à Igreja Católica que, apesar de estar afastada do governo desde a proclamação da república, ainda tinha uma grande influência sobre as massas populares. É devido a esta união que, em 1931, o ensino religioso é introduzido no currículo por meio do decreto estabelecido por Campos.

A introdução do ensino religioso foi duramente criticada pelo movimento educacional da Escola Nova, pois feriam os princípios de liberdade individual e da comunhão harmoniosa e afetiva entre as pessoas defendida por estes. Além destes, outros segmentos da sociedade como os grupos protestantes, positivistas entre outros, também se manifestaram contra a inclusão desta disciplina no currículo das escolas.

Em resposta às críticas apresentadas pelos representantes deste movimento educacional, a Igreja Católica defendia que a introdução do ensino religioso na escola em nenhum momento feria a liberdade individual uma vez que este ensino não era obrigatório, porém “o grande problema para os educadores modernos era o fato de o ensino religioso ter voltado ao *curriculum* escolar das escolas públicas” (LAMEGO, 1996, p. 94).

Após vários debates e discussões a respeito da educação e ao perceberem a incomunicabilidade com o Governo, os escola-novistas publicaram, em março de 1932, o manifesto que ficou conhecido como “manifesto dos pioneiros da nova educação”⁶. A partir deste manifesto a Igreja Católica torna a fazer duras críticas ao movimento da Escola-Nova ocasionando disputas que saíram “totalmente da esfera educacional para entrar no campo partidário e ideológico” (LAMEGO, 1996, p. 102).

Estas discussões em torno da inserção do ensino religioso foram intensas nos anos de 1931 e 1932, mas, após estes dois anos de disputas e um espaço cada vez maior conquistado pela Igreja Católica, o grupo que se reuniu em torno do manifesto dos pioneiros começou a ter sinais de desânimo (LAMEGO, 1996). Apesar desse desânimo as disputas entre estes grupos sobre os rumos da educação permaneceram ao longo das décadas.

É nesse contexto que a obra de Santos (1952) se insere. Theobaldo Miranda Santos coloca-se neste movimento de luta da Igreja Católica contra os renovadores da Escola Nova que, como dito acima, defendiam a democratização e laicização do ensino. Este autor faz

⁶ Este manifesto foi assinado por: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Frota Pessôa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, Delgado de Carvalho, Ferreira de Almeida Jr, J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes. Segundo Lamego (1996), este manifesto “abordava temas como o movimento de renovação, as sucessivas reformas, a laicidade do ensino, a Universidade, o Estado e sua responsabilidade com as futuras gerações, e sobretudo a democracia [...]”. (p. 101)

parte de um conjunto de autores católicos que se dedicaram à produção de manuais e livros “sobre a Escola Nova”, levando a igreja a galgar um novo espaço nos debates do país.

Considerações finais

Procurou-se neste artigo discutir pesquisa em andamento que tem como objetivo compreender, sob o filtro dos manuais pedagógicos, as orientações pedagógicas que fizeram parte da formação de professores primários, na cidade de Campo Grande, quando esta pertencia ao estado de Mato Grosso. Para tanto, apresentou-se uma breve discussão acerca dos motivos que levaram a esta pesquisa. Apresentando-se, também, o referencial teórico metodológico em que se tem baseado tal pesquisa, além de alguns resultados.

Como esta é uma pesquisa em andamento, a construção do contexto sócio-histórico de produção do manual de Theobaldo Miranda Santos ainda está em processo podendo assim surgir novos elementos para a análise deste manual.

A pesquisa à qual este artigo se refere está vinculada ao grupo de pesquisa História da Educação Matemática em Pesquisa – HEMEP que tem como intuito mapear a formação de professores que ensinam matemática no Estado do Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Orlando José de. **A estratégia da produção e circulação católica do projeto editorial das coleções de Theobaldo Miranda Santos: (1945-1971)**. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. 368 p.

ANDRADE, M. M. ; GARNICA, A.V.M. . Um exercício de análise de formas simbólicas segundo o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade (hp). In: XIV ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 2010, Campo Grande. Educação Matemática: diversidades e particularidades no cenário nacional. **Anais...** Campo Grande: UFMS, 2010. p. 1-12.

ANDRADE, Miriam Maria & OLIVEIRA, Fábio Donizete. **A análise de textos didáticos em História da Educação Matemática**. Disponível em: <http://www.apm.pt/files/177852_C54_4dd7a40fc6b6a.pdf>. Acesso em: 16 set. 2011. 19:00:00

CARDOSO, V. C. **A Cigarra e a Formiga: uma reflexão sobre a Educação Matemática brasileira da primeira década do século XXI**. 226 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009. 226 p.

CASTANHA, André Paulo. **Escolas normais no século XIX: um estudo comparativo**. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 32, p. 17 - 36, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/32/art02_32.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2012. 18:20:00

KULESZA, Wojciech A. **A institucionalização da Escola Normal no Brasil** (1870 – 1910). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set/dez. 1998. Disponível em: < <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/196/197>> Acesso em: 01 fev. 2012. 14:00:00

LAMEGO, V. **A farpa na lira: Cecília Meirelles na Revolução de 30**. Record, 1996. 255 p.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso**. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde. 1963. p. 113 - 222.

MORTATI, Maria do R. Longo et al. **Manual para a formação de professores primários (1940 – 1960) e a conformação de práticas de ensino de leitura e escrita no Brasil**. In: II Seminário Brasileiro do Livro e História Editorial, 2009, Rio de Janeiro. *Anais Eletrônicos...* Rio de Janeiro: II LIHED, 2009. Disponível em: < http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/ii_pdf/M.Rosario.pdf> Acesso em 29 nov. 2011.

OLIVEIRA, F. D. **Análise de textos didáticos: três estudos**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE). UNESP, Rio Claro, 2008. 224 p.

REIS, Ana Carolina de Siqueira Ribas dos. **A formação de professores na Escola Normal Joaquim Murinho**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Monografia. Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, 2011.

RODRÍGUEZ, Margarita V.; OLIVEIRA, Regina T. Cestari de. História da escola normal no estado do Mato Grosso: implantação e consolidação no sul do estado. In: ARAÚJO, José C. Souza; FREITAS; Anamaria G. B. de; LOPES, Antônio de P. Carvalho. *As escolas normais no Brasil: Do império à república*. 1ª Edição. Campinas: Editora Alínea, 2008. Cap. 21, p 341-354.

ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Metodologia do ensino primário**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. p. 256.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. *Revista brasileira de educação*, v. 14, n. 10, p. 143 – 155, jan./ abr. 2009. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em 17 fev. 12:09:00

SCHAFFRATH, Marlene dos A. Silva. **Escola normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores**. Disponível em: [http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I encontro inter artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf](http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I Encontro inter artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf). Acesso em 20 jul. 11:00:00

SILVA, Vivian B. da. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)**. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT02-2060--Int.pdf>>. Acesso em 02 dez. 12:44:00

SILVA, Vivian B. da. **Uma história das leituras para professores: Análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971)**. *Revista brasileira de educação*, v. 12, n. 35, p. 268-277, mai./ago. 2007. Disponível: www.anped.org.br/reunioes/25/vivianbatistasilvat02.rtf. Acesso em 02 dez. 12:49:00

SILVA, Tatiane T. P. da. **Matrizes e suas cercanias: um estudo histórico a partir de livros didáticos de matemática**. Universidade Estadual Paulista. Campus Bauru. Monografia, 2010. 137 p.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995. 423 p.

VALDEMARIM, Vera Teresa & Campos, Daniela Gonçalves do Santos. **Concepções pedagógicas e método de ensino: O manual didático Processologia na Escola Primária**. *Paidéia*, v. 17, n. 38, p. 343 – 356. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n38/v17n38a05.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2011. 12:51:00